## TERMINOLOGIA GRAMATICAL E ENSINO: NOVOS TEMPOS, VELHOS PROBLEMAS¹

Claudio Cezar Henriques (ABRAFIL, UERJ e ESTÁCIO DE SÁ)

A última palavra da língua portuguesa é "zuzara". Pelo menos se levarmos em conta os verbetes incluídos na edição lusitana do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Casteleiro, 2009) e também na edição brasileira do livro homônimo (ABL, 2009). É certo que, no VOLP brasileiro, depois de "zurara" aparecem mais nove palavras, todas derivadas de estrangeirismos com W, K, Y e letras dobradas<sup>2</sup> – que aqui não nos interessam.

O que então significa "zuzara"? É um gênero de crustáceos, como informa o Dicionário Aulete Digital. O verbete não está incluído nos dicionários Aurélio e Houaiss. Pois bem, como nosso assunto não é acerca de animais invertebrados, em sua maioria aquáticos e marinhos, que inclui as lagostas, camarões, siris e caranguejos entre outros, estamos aqui falando de "zuzara" porque é uma palavra que nos ajudará a exemplificar como está a situação atual da terminologia linguística em terras da lusofonia.

Vejamos o que diz o verbete "zurara" no VOLP brasileiro:

zuzara: s.f.

Vejamos agora o que diz o verbete "zurara" no VOLP lusitano:

- zuzara: n.f.

Conclui-se que os dois Vocabulários Ortográficos mais atuais da língua portuguesa concordam quanto ao gênero dessa palavra: é feminina. No entanto, divergem quanto a sua classificação gramatical: é substantivo no Brasil, mas é nome em Portugal.

Se consultarmos algum dicionário para verificar a definição da palavra "nome", poderemos encontrar na acepção que contém a explicação gramatical:

- (1) palavra que designa seres, coisas, qualidades, estados ou ações e que pode variar em gênero e número. (Dic. Porto Editora, 2009)
- (2) designação genérica para as categorias de substantivo, adjetivo e pronome; o mesmo que substantivo. (Dic. Porto Editora, 1996)
- (3) palavra com que se designa pessoa, animal, entidade ou coisa; substantivo. (Bechara, Minidicionário, 2009)

<sup>1</sup> Versão expandida e adaptada de um dos capítulos do livro Nomenclatura Gramatical Brasileira: cinquenta anos depois (São Paulo: Parábola, 2009).

São elas: zvyagintsevita, zwieselita, zwinglianismo, zwinglianista, zwinglianistico, zwingliano, zwitterion, zwitteriônico e zykaíta.

(4) Palavra ou conjunto de palavras que designam pessoa, coisa ou conceito abstrato; substantivo. (Aulete, vrs. online, 2010)

(5) designativo genérico de substantivo e adjetivo. (Houaiss, 2009) Poderíamos prosseguir verificando as definições de substantivo e adjetivo, mas já nos parece suficiente o que apresentamos até aqui. A conclusão é simples: os portugueses passaram a chamar de "nome" o que antes chamavam de "substantivo", e nós, brasileiros, continuamos usando a palavra "substantivo" para designar um tipo específico de "nome", pois adjetivos e advérbios também são nomes – e Mattoso Câmara Jr., em *Estrutura da Lingua Portuguesa*, explica muito bem o que se deve entender por esse conjunto de palavras.

Eis aí algo que deve preocupar não apenas, mas especialmente os professores e as autoridades do ensino. Afinal, se vivemos em plena fase de adaptação a uma ortografia unificada, como é que vamos lidar com uma nova safra de variação da terminologia usada na descrição dos componentes mais elementares da estrutura de nossa língua?

A mudança lusitana é decorrente da TLEBS – Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário –, em vigor desde 2007; e os dicionários de Portugal precisam se adaptar à nova maneira de se classificarem as palavras. Há muitas outras mudanças (o termo "numeral" passa a ser precedido de "quantificador"; entre os advérbios incluem-se os "advérbios conectivos"), mas bastam-nos esses exemplos³.

Voltemos no tempo... Vejamos uma passagem do capítulo "Observações à Margem do Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira", que integra o livro A Elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de Antônio José Chediak. A história que ele nos conta acontece em 1956, na Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, hoje conhecida como Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Janeiro. Lá candidatos de numerosos colégios da Capital e do resto do País, participam dos seus disputadíssimos exames de Habilitação.

A Banca de Língua Portuguesa propõe a análise de BOM na frase "O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil". As respostas obtidas são as seguintes: Adjunto atributivo; Adjunto restritivo; Adjunto limitativo; Adjunto adjetivo; Adjunto determinativo; Adjunto demonstrativo; Adjunto determinativo demonstrativo; Complemento atributivo; Complemento restritivo; Complemento limitativo; Complemento adjetivo; Complemento qualificativo; Complemento do nome, não preposicionado.

Se o professor é desses que não arredam pé de suas convicções, logo logo despacha bombeado o aluno que classificou o BOM de maneira diferente da sua; se é consciencioso, vai aceitando esses

<sup>3</sup> O material completo está disponível para download no sítio www.min-edu.pt/np3/169.

nomes todos, não sem antes, é claro, pedir-lhe o título do livro onde estudou, ou o caderno de classe para confirmar uma denominação estranha.

(CHEDIAK, 1960, p. 87-8, com adaptações)

Estamos em 2010, o texto da Nomenclatura Gramatical Brasileira completou cinquenta anos de elaboração, continua oficialmente em vigor e é citado em nossas gramáticas com constância, mesmo que para acrescentar-lhe algo que não tenha sido considerado pela Comissão que o propôs ou para dizer que ele está irremediavelmente superado.

É bastante provável, no entanto, que a grande maioria dos professores já formados desde três décadas não tenha tomado contato direto com a íntegra de seu texto. Igual não se pode dizer quanto aos atuais estudantes de Letras, pois que estes, na sua quase totalidade, desconhecem-no mesmo, vítimas de um ensino muitas vezes mais preocupado com teorias e fórmulas modernas do que com a realidade do magistério.

Em 1958, quando os ilustres membros da Comissão passaram às mãos do Ministro de Estado da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, o que havia no ensino da língua portuguesa no Brasil era um total conflito no emprego de termos. Tal situação só gerava polêmicas e discussões, prejudicando única e exclusivamente o estudante do curso médio, diversas vezes enredado por não saber decifrar a variedade de códigos terminológicos que lhe eram impostos e cobrados em provas e concursos.

O problema da falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso entre nós nas escolas e na literatura didática, de há muito vinha preocupando nossos filólogos e autoridades pedagógicas, sem que se concretizassem as várias propostas feitas pelos primeiros para a sua solução ou que lograssem êxito as tentativas das autoridades administrativas que com eles se ocuparam.

(Texto de apresentação da NGB, assinado pelo Diretor do Ensino Secundário do MEC, Gildásio Amado – o livreto é de 1959)

Constituíram a Comissão designada na Portaria Ministerial nº 152/57 (de 24/04/1957) renomados professores do Colégio Pedro II — estabelecimento oficial da rede federal de ensino, a saber: Antenor Nascentes (Presidente), Carlos Henrique da Roc ha Lima (Secretário), Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá - filho, Celso Ferreira da Cunha, Antônio José Chediak, Serafim da Silva Neto e Silvio Edmundo Elia, os três últimos como Assessores. Os cinco titulares da Comissão eram professor es catedráticos de Português do Colégio Pedro II.

Mui tas foram as repercussões em torno do trabalho que seria preparado, e inúmeras foram as su gestões encaminhadas por professores, filólogos e linguistas de todo País. Todo esse material está reproduzido, na íntegra, no livro de Antônio

José Chediak A Elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira. A determinação governamental fez com que o debate sobre o ensino de Língua Portuguesa despertasse crescente interesse na comunidade educacional, fato antes inegavelmente incomum.

É bem verdade que não houve – e nem poderia haver – apenas aplausos e efusivas saudações quanto ao texto recomendado pela Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959. Até mesmo porque havia por bem a Comissão buscar uma nomenclatura que não fosse conservadora a ponto de ser considerada retrógrada, nem tão inovadora que melindrasse a longa tradição do ensino.

Ao longo do tempo, vários foram os depoimentos acerca da NGB, como ficou sendo chamada de forma mais simples, e convém conhecê-los para que se tenha maior amplitude de opiniões sobre um problema que, hoje em dia, já está mais do que detectado novamente, só que inserido num contexto ainda mais amplo de grave crise educacional. Tanto é assim que vemos na própria imprensa notícias não muito esporádicas em torno de criação de comissões para tratar de reformas oficiais no ensino da Língua Portuguesa. Uma delas, de 1985, instituída pelo próprio Presidente da República, embora não tivesse a presença de professores militantes de Língua Portuguesa, reunia nomes dos mais representativos do meio intelectual e acadêmico.

O Presidente José Sarney instituiu uma comissão para tratar da revisão e aperfeiçoamento do ensino da língua portuguesa. Formada pelo filólogo e lexicólogo Aurélio Buarque de Holanda; por Abgard Renault, poeta e ensaísta; Celso Cunha, gramático e linguista; Antônio Houaiss, filólogo e tradutor; pelo professor Celso Pedro Luft, que é gramático e ensaísta; pelo também poeta e ensaísta Fábio Lucas; por Francisco Gomes de Mattos, linguista; Magda Becker Soares, linguista; e Raimundo Wanghan, linguista, a comissão reuniu-se pela primeira vez sexta-feira passada, no Palácio da Cultura, no Rio. A conclusão dos trabalhos deverá ser apresentada em 150 dias. (DADDARIO: "A Gramática É contra a Vida?" O Globo, 22/08/1985, Segundo Caderno, p. 1)

As conclusões a que chegou a comissão – se houve – devem estar guardadas em alguma gaveta. Dificuldades políticas envolvendo o projeto de reforma ortográfica defendido pelo acadêmico Antônio Houaiss, entre outras razões, talvez tenham prejudicado os trabalhos. Esse é um dos exemplos que servem para mostrar como foi valioso o esforço da comissão que elaborou a "NGB" no sentido de efetivamente concluir sua tarefa.

Atualmente, o Governo tem uma outra comissão instituída, a COLIP, Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, composta quase na totalidade por expoentes do meio universitário de língua e linguística. A crítica à sua composição se renova: será que não existe neste País nenhum professor em efetivo exercício nos níveis fun-

damental ou ruédio que possa participar de comissões que vão tratar do ensino? Nossos CAPs e escolas públicas e privadas continuam excluídos das deliberações – obviamente seu docentes em sala de aula só podem enviar sugestões e cumprir as decisões tomadas.

A Portaria nº 4.056 (de 29/11/2005), do MEC, considera que "é urgente a democratização do acesso da população ao processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa para o efetivo desempenho das práticas sociais da escrita e da leitura, bem como aos materiais de língua escrita." Também se vale do argumento de que "a língua é uma prática inserida em contexto histórico-social e cultural e a escola uma instituição que deve levar em conta a realidade em que atua".

Por isso, aponta como finalidades da criação da Comissão:

- I produzir ações culturais que promovam a identidade e representação do Brasil linguístico, englobando as variedades do Português praticadas no Brasil, as manifestações remanescentes de línguas africanas, bem como as demais línguas maternas do Brasil as indígenas e as de imigração;
- II apresentar propostas de promoção internacional do Brasil por meio de políticas governamentais em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores;
- III estruturar o projeto de criação do Instituto Machado de Assis, nos termos da Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira, realizada na cidade de Porto em 13 de outubro de 2005;
- IV apresentar propostas conjuntas com o Ministério da Cultura visando à promoção e à difusão do Brasil linguístico;
- V promover um ensino-aprendizagem de leitura e escrita em Língua Portuguesa que responda às exigências para uma real inclusão do cidadão na sociedade;
- VI propor as diretrizes para os programas de formação inicial e continuada de professores de Língua Portuguesa;
- VII promover uma formação linguística consistente para todos os professores responsáveis pelo ensino de Língua Portuguesa;
- VIII promover a revisão e efetiva implementação das ações previstas nos planos curriculares nacionais da área de Língua Portuguesa, visando a um ensino centrado no domínio das práticas de língua oral e escrita;
- IX fomentar a pesquisa e a produção de materiais pedagógicos que estejam em harmonia com a realidade sociolinguística dos

alunos e que deem suporte adequado para o ensino da Língua Portuguesa;

X - incentivar e apoiar projetos de pesquisa linguística sobre as variantes dos falantes não escolarizados, incluindo-se suas formas de escrita, com vistas ao ensino da Língua Portuguesa;

XI - incentivar e apoiar projetos de pesquisa nas Instituições de Ensino Superior de métodos pedagógicos para o ensino da Língua Portuguesa e de atualização de nossas referências normativas, de modo a valorizar a norma padrão real do país;

 XII - empreender o refinamento dos sistemas de avaliação do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa de responsabilidade do MEC;

XIII - supervisionar o cumprimento das ações específicas do Ministério, referentes ao ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa;

XIV - estimular programas para equipar as escolas com bibliotecas, laboratórios de pesquisas audiovisuais e de novas tecnologias, com o objetivo de manter o aluno em estreita e contínua convivência com grande quantidade e variedade de materiais de linguagem;

 XV - propor e criar comissões, subcomissões temáticas ou grupos de trabalho.

Segundo informa a página oficial da COLIP na internet, a comissão original reunia doze professores de Língua Portuguesa: Ataliba Teixeira de Castilho, Carlos Alberto Faraco, Dinah Maria Isensee Callou, Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi, Evanildo Cavalcante Bechara, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, José Carlos Santos de Azeredo, José Luiz Fiorin, Luiz Antônio Marcuschi, Paulo Coimbra Guedes, Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo e Suzana Alice Marcelino Cardoso. Também faziam parte do grupo o pesquisador de políticas linguísticas e de línguas indígenas Gilvan Müller de Oliveira, a professora de Comunicação Maria Helena Weber e quatro executivos dos ministérios da Educação, da Cultura e das Relações Exteriores, Renata Gérard Bondim (MEC), Ronaldo Teixeira da Silva (MEC), Alfredo Manevy (MinC) e Jorge Geraldo Kadri (MRE). Desde sua criação, muitas mudanças houve e há até quem comece a achar que, hoje, ela vive em estado de hibernação. A Comissão é coordenada pelo Diretor do Departamento de Política da Educação Superior do MEC, Godofredo de Oliveira Neto, também professor universitário de Língua Portuguesa.

A primeira reunião da Comissão realizou-se em Brasília em 17 de junho de 2004, e sua ata está disponível para leitura na página do MEC (link em http://portal.mec.gov.br/sesu). Ao final do exaustivo dia de trabalhos, a Comissão decidiu encaminhar algumas recomendações ao Ministério quanto ao "fomento e apoio à realização de ações" no âmbito do ensino, da formação de professores, da produção de material didático, da pesquisa, da internacionalização do portu-

guês do Brasil, da promoção do Brasil linguístico e da política do MEC. Alegou a Comissão que assim se poderia alcançar uma "posterior definição de cronograma para planejamento das ações e providências a serem tomadas pelos membros da Comissão e pela Secretaria de Educação Superior".

Das vinte e seis ações propostas, extraio duas, que dizem respeito ao tema que abordo neste livro: a primeira (a) no âmbito do ensino; a segunda (b) no âmbito da pesquisa:

- (a) revisão e efetiva implementação das ações previstas nos planos curriculares nacionais na área de língua portuguesa, sob pena de ser enfatizado um ensino gramatiqueiro sem resultado, em lugar de um ensino centrado no domínio das práticas de língua oral e escrita.
- (b) projetos que estudem métodos pedagógicos para o ensino da língua portuguesa e que contribuam para a atualização de nossas referências normativas, em especial de nossas gramáticas, de modo a valorizar a norma padrão real do país;

A Comissão propôs também, como consta no final da ata, a criação de quatro projetos, um deles intitulado "A língua portuguesa na sala de aula do ensino fundamental", que está assim definido:

Projeto a ser criado em parceria com MEC / Capes / Secretaria Municipal de Educação / Secretaria Estadual de Educação / Capes / IFEs, com o objetivo de fazer o professor do ensino fundamental ser o pesquisador da modalidade de língua portuguesa usada pelos alunos, visando a, por meio da observação das diferenças e semelhanças entre os vários socioletos e registros, propiciar as condições para a inserção da modalidade escrita sem discriminação dos usos da modalidade oral reconhecidos no processo de pesquisa-ensino-aprendizagem.

Não se trata somente de formação, trata-se de interferir no mundo do professor, de questionar a crença sobre o que merece ser ensinado e aprendido. Produzir material didático com base na linguagem que os alunos utilizam, através de pesquisa contínua. As Secretarias de Educação liberariam os professores para cursarem Especialização em pesquisa em língua portuguesa nas universidades locais/regionais, a Capes concederia bolsa de especialização aos professores municipais e estaduais e o Mec garantiria nas Escolas as condições necessárias para a pesquisa e elaboração de material didático resultante da pesquisa. Para tanto, sugere-se que a Comissão indique três professores, integrantes ou não da Comissão para a elaboração, juntamente com a assessoria da Sesu / MEC, de projeto preliminar a ser encaminhado ao MEC.

Após cinquenta anos, o problema de "falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso nas escolas e na literatura didática" (exposto no depoimento de 1959) é apenas mais uma das dificuldades de nosso ensino. A Comissão do MEC, que completou cinco anos de existência em 2010, tem (tinha?) um trabalho árduo para cumprir – e repleto de ramificações. Quem sabe uma das subcomissões não possa (pudesse?) abordar a questão terminológica.

Óbvio que a terminologia é apenas um ponto entre tantas coisas muito mais importantes, mas às vezes parece necessário lembrar que o descaso dado às coisas insignificantes pode gerar grandes prejuízos.

O nome da disciplina que se ensina nas escolas, Língua Portuguesa, não é Gramática, como também não é Comunicação e Expressão (insaudosa denominação), nem Análise do Discurso, nem Sociolinguística, nem Leitura, nem Redação... E não é nenhum desses nomes justamente porque é todos eles – e mais alguns.

Só que estamos falando de aulas de Português na escola, e aula de Português implica o emprego de termos específicos para quem estuda uma língua. Se o mesmo ocorre nas outras disciplinas, por que com a nossa seria diferente?

As leis brasileiras de ensino, quando apontam suas diretrizes sobre a disciplina Língua Portuguesa, referem-se à palavra "gramática" como parte integrante de suas ponderações e argumentos. A antiga Lei 5.692 (de 11/08/1971), conforme o Parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação, indicava sem muita precisão que as "sistematizações gramaticais" só deveriam começar a ser alcançadas "a partir das séries finais do primeiro grau" – rebatizado "ensino fundamental", com nove anos (antes eram um+oito).

A Lei de Diretrizes e Bases que vigora hoje é a 9.394 (de 20/12/1996). Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tomando o texto da LDB como base para apresentar as propostas e determinações oficiais, repaginaram o papel da gramática da escola, mas não a aboliram!

Muitos pensam que a era da "prescrição da gramática" já teria oficialmente se transformado na era da "proscrição da gramática" na sala de aula, mas não é isso que se lê, por exemplo, nos seguintes trechos extraídos do PCNs, onde prevalece o bom senso dos legisladores – ainda que tímido:

A propriedade que a linguagem tem de poder referir-se a si mesma é o que torna possível a análise da língua e o que define um vocabulário próprio, uma metalinguagem. Em relação a essa terminologia característica, é preciso considerar que, embora seja peculiar a situações de análise linguística (em que inevitavelmente se fala sobre língua), não se deve sobrecarregar os alunos com um palavreado sem função, justificado exclusivamente pela tradição de ensiná-lo. O critério do que deve ser ou não ensinado é muito simples: apenas os termos que tenham utilidade para abordar os conteúdos e facilitar a comunicação nas atividades de reflexão sobre a

língua excluindo-se tudo o que for desnecessário e costuma apenas confundir os alunos.

Por exemplo, torna-se necessário saber, nas séries iniciais, o que é "proparoxítona", no fim de um processo em que os alunos, sob orientação do professor, analisam e estabelecem regularidades na acentuação de palavras e chegam à regra de que são sempre acentuadas as palavras em que a sílaba tônica é a antepenúltima. Também é possível ensinar concordância sem necessariamente falar em sujeito ou em verbo.

Isso não significa que não é para ensinar fonética, morfologia ou sintaxe, mas que elas devem ser oferecidas à medida que se tornarem necessárias para a reflexão sobre a língua.

(PCN - Ensino Básico: 1ª a 4ª, p. 60).

O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos.

O modo de ensinar, por sua vez, não reproduz a clássica metodologia de definição, classificação e exercitação, mas corresponde a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido. Isso implica, muitas vezes, chegar a resultados diferentes daqueles obtidos pela gramática tradicional, cuja descrição, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes.

(PCN - Ensino Básico: 5ª a 8ª, p. 29).

Fica claro que a crítica é a uma metodologia não mais recomendável nos dias de hoje, mas os PCNs também fazem restrições à balbúrdia nomenclatural, ainda que disfarçada de modernidade ou de modismo, pois a questão é – insisto – metodológica.

O risco em relação à apropriação dos estudos que desde então [os anos 70] têm sido desenvolvidos é o de que sua abordagem em sala de aula se limite à mera identificação e classificação dos fenômenos linguísticos num dado texto. Isso porque o que se tem nessa forma de abordagem dos fenômenos é a duplicação de práticas classificatórias e prescritivas vinculadas às gramáticas pedagógicas tradicionais, adotando-se apenas uma nova nomenclatura, agora

vinculada à Linguística Textual, às Teorias da Enunciação e/ou à Análise do Discurso.

(PCN - Orientações Curriculares para o EM, 2006, p. 71).

Essa posição, em suma, nos mostra que não havia (nem há) problema com a gramática, nem com o uso da gramática no ensino, mas na concepção de língua e de gramática que se praticava nas salas de aula. Isso significa que a gramática não está abolida, sendo oportuno repetir o comentário de Evanildo Bechara sobre o que aconteceu nos década de 70:

De todos os componentes do currículo das escolas de ensino médio, foram os textos destinados ao ensino de língua portuguesa os que mais sofreram com a onda novidadeira, introduzindo, além da doutrina discutível, figuras e desenhos coloridos tão extemporâneos e desajustados. (1985, p. 9)

Carlos Alberto Faraco (2008) disserta sobre esse desprestígio, lembrando que, nessa época, "boa parte dos livros didáticos deixou de incluir a gramática, que cedeu lugar a conceitos oriundos da teoria da comunicação". Curiosamente, porém, apesar de marginalizado nos livros e nas deliberações superiores, o ensino da gramática "continuou a ser feito regularmente nas escolas – até mesmo por inércia porque, tradicionalmente, sempre se identificou, no Brasil, o ensino de português com o ensino da gramática" (p. 186).

É certamente merecedora de análise aprofundada essa situação que, criada na década de1970, persiste incólume até hoje, ou seja, a falta de comunicação entre os sucessivos documentos oficiais (que ora subtraem a gramática da programação escolar, ora a colocam em posição apenas secundária) e a efetiva prática pedagógica que a mantém em posição de destaque na escola.

É merecedora de análise aprofundada porque essa incomunicação não é específica do ensino da gramática. Há, no geral, um claro fosso entre, de um lado, os que teorizam ou escrevem as diretrizes e, de outro, os docentes da educação básica. (2008, p. 187-8)

Agora, quase na virada da primeira década do século XXI, um ano após a NGB ter completado o quinquagésimo aniversário de sua entrada em vigor, o panorama do ensino de Português é mais crítico do que era nos idos de 1957. Se naquele momento havia uma confusão terminológica, o que hoje ocorre é um segundo absurdo. A maioria de nossos estudantes sequer tem acesso a um ensino de qualidade, já que faltam a seus professores o necessário preparo acadêmico e uma remuneração digna. Como reformar e atualizar a nomenclatura, neste ambiente de penúria e desestímulo, se ela é apenas um instrumento para o trabalho didático?

Autoridades gastam fortunas em prédios e propaganda e não cuidam de fato da melhoria de desempenho dos educadores e educandos. Com os últimos

governantes falando em valorizar a educação, talvez pudéssemos começar a contabilizar avanços. No entanto, reformas não se fazem só com manchetes de jornal ou páginas da internet. O noticiário, volta e meia, dá conta de própostas de mudanças no Vestibular ou nas formas de acesso à Universidade. Há um furação de provas "pasteurizadas".

Na metade dos anos 90, todos os alunos que terminavam seus cursos superiores faziam o Exame Nacional de Cursos (o "Provão"). Mudam-se os governos, mudam-se as vontades: a pasteurização continua, mas apenas alunos "aleatórios" fazem o ENADE (novo nome do Provão), e os cursos superiores se revezam nas avaliações... A imprensa pouco presta atenção nisso, pois só se interessa por estatísticas – e dá corda à cantilena enganosa.

Ao ENADE, juntaram-se o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e a recém-nascida Provinha Brasil (para alunos do 2º ano de escolarização), para citar apenas os federais. A tudo isso agregou-se a implantação de cursos superiores à distância, dentro da estratégia de democratização do ensino. A equação é justa: o Ministério supervisiona e regula, o mercado adapta e cumpre, o aluno assume e se diploma. Os números brasileiros melhoram?

## Entre os piores também em matemática e leitura

O Brasil teve o quarto pior desempenho, entre 57 países e territórios, no maior teste mundial de matemática, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2006. Os estudantes brasileiros de escolas públicas e particulares ficaram na 54ª posição, à frente apenas de Tunísia, Qatar e Quirguistão. Na prova de leitura, que mede a compreensão de textos, o país foi o oitavo pior, entre 56 nações. Os resultados completos do PISA 2006, que avalia jovens de 15 anos, foram anunciados ontem pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE), entidade que reúne países adeptos da economia de mercado, a maioria do mundo desenvolvido. (O Globo, 05/12/2007)

## Ensino fundamental atinge meta de 2009

O aumento das médias dos alunos, especialmente em matemática, e a diminuição da reprovação fizeram com que, de 2005 para 2007, o país melhorasse os indicadores de qualidade da educação. O avanço foi mais visível no ensino fundamental. No ensino médio, praticamente não houve melhoria. Numa escala de zero a dez, o ensino fundamental em seus anos iniciais (da primeira à quarta série) teve nota 4,2 em 2007. Em 2005, a nota fora 3,8. Nos anos finais (quinta a oitava), a alta foi de 3,5 para 3,8. No ensino médio, de 3,4 para 3,5. Embora tenha comemorado o aumento da nota, ela ainda foi considerada "pior do que regular" pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. (Folha de S. Paulo, 12/06/2008)

Fala-se também a toda hora em reformas de currículos, expansão de vagas. Sobre a valorização do professor, fala-se... Pouco se faz...

Como se tudo isso não bastasse, os meios acadêmicos e editoriais abrem espaço para a publicação de trabalhos e obras cujo louvável objetivo de revisão crítica no ensino fica ofuscado pelos seus títulos, que adotam uma preocupante estratégia de marketing. Livros como Descomplicando a gramática (de Adair Pimentel Palácio), Contradições no ensino de português (de Rosa Virginia Mattos e Silva), Sofrendo a gramática (de Mário Perini), Por que (não) ensinar gramática na escola (de Sírio Possenti), Dramática da língua portuguesa (de Marcos Bagno), Gramática nunca mais (de Luiz Carlos de Assis Rocha), A Sombra do Caos: ensino de língua x tradição gramatical (de Luiz Percival Leme Brito), entre outros.

Na verdade, são apenas títulos de livros. Não diferem muito do que Francelino de Andrade já havia praticado em 1929, quando usou um título mercadológico similar para seu "consultório linguístico": A Lingua sem a Gramática.

Títulos de livros ajudam a reforçar no imaginário da sociedade a má fama da gramática (e dos gramáticos). Ocorre que tais títulos podem levar à suposição de que existe uma campanha antigramatical promovida pelos próprios professores de português, justo os que têm a obrigação de conhecer – e bem – o funcionamento da língua e sua "gramática".

A proposta desses livros, ao contrário do que parece, é basicamente de revisão na metodologia do ensino da língua materna. Por isso, longe de representarem alguma novidade (exceto pela sua fartura), justificam que recoloquemos em cena algumas afirmações bem antigas – e atuais. Como as de Rodrigo de Sá Nogueira nos anos 20 do século passado, em artigos reproduzidos no livro *Questões de linguagem* (2ª e 3ª partes), intitulados "Considerações críticas sobre a impropriedade das nomenclaturas e classificações gramaticais" e "Da necessidade de se reformar a gramática, e dos moldes em que uma tal reforma deveria ser vazada".

Ou de Otto Jespersen (em 1924), na conclusão de sua obra clássica *The philosophy of grammar*, onde expressa a esperança de que o ensino de gramática no futuro pudesse ser algo mais vivo do que tinha sido até então, com menos preceitos mal entendidos ou ininteligíveis, menos nãos, menos definições, e infinitamente mais observações dos fatos da vida real. Para ele, esse seria o único modo pelo qual o ensino de gramática poderia tornar-se um componente útil e interessante no currículo escolar.

Ou ainda o que Antenor Nascentes declara na introdução de seu *Léxico de* nomenclatura gramatical brasileira (de 1946). Em sua opinião, nossa nomenclatura, além de imperfeita, é complicadíssima, e nossos gramáticos, na incapacidade de criar doutrinas, sofrem da mania de inventar nomes, de preferência complicados e de origem grega.

É óbvio que há indiscutível necessidade de que a questão do ensino seja resolvida de forma oficial, envolvendo inclusive uma terminologia unificada, de preferência comum a brasileiros e portugueses. Porém, enquanto isto não acontece (se é que algum dia irá acontecer), espera-se que a conduta dos educadores em sala de aula não acabe agravando ainda mais a situação, pois já se pode dizer que os professores voltaram a conviver com todos os problemas nomenclaturais anteriores à NGB, embora contraditoriamente coexistam com a progressiva minimização da figura da gramática como instrumento para a aprendizagem crítica e reflexiva do idioma.

Esse rumo pode ser interrompido. Aponto duas providências iniciais: a primeira consistiria em inserir nos programas de Língua Portuguesa (de preferência nos últimos períodos) dos cursos de Letras o tema "terminologia gramatical e ensino", incluindo a leitura do texto da Portaria nº 36; a segunda repousaria na atualização da nomenclatura, sempre ressalvando sua destinação exclusiva ao ensino fundamental e médio (antigos 1º e 2º graus), desde que aplicada com bom senso e adequação.

Não bastam. As mais importantes são outras duas: a reavaliação das políticas públicas e das práticas acadêmicas.

Para as instâncias governamentais, cabe esta pergunta: Por que, passados dez, quinze anos de tantos investimentos em Programas e Avaliações Oficiais, nossos alunos continuam tendo tão péssimo desempenho em leitura? Se não sabem ler, podem chegar a que lugar?

E para as instâncias acadêmicas, a começar pelas Universidades, mas também a órgãos como a ANPOLL (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística), a ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), a ALB (Associação Brasileira de Leitura) e tantas outras associações cabe esta: como fazer para que suas premiadas e patrocinadas pesquisas e publicações possam de fato alcançar as salas de aula?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. São Paulo: Global, 2009.

ANDRADE, Francelino de. A Língua sem a Gramática. Salvador: Livraria Duas Américas, 1929.

AULETE, Caldas. Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon Digital, 2010 [acesso].

BAGNO, Marcos. Dramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Loyola, 2000.

BECHARA, Evanildo. Minidicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexicon, Lucerna, 2009.

BRITO, Luiz Percival Leme. A Sombra do Caos: ensino de língua x tradição gramatical. Campinas-SP: A.L.B. / Mercado de Letras, 1997.

CASTELEIRO, João Malaca (orient.). Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2009.

CHEDIAK, Antônio José, org. A Elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Rio de Janeiro: [s n], 1960.

DADDARIO, Heloisa. "Resfólego, Ponde-lo, Pardoca; a gramática é contra a vida?" O Globo, Rio de Janeiro, 22/08/1985. Segundo Caderno.

FARACO, Carlos Alberto. Norma Culta Brasileira. São Paulo: Parábola, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque De Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*. Curitiba: Positivo, 2009.

HENRIQUES, Claudio Cezar. Nomenclatura Gramatical Brasileira: cinquenta anos depois. São Paulo: Parábola, 2009.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro. Dicionário Houaiss Eletrônico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JESPERSEN, Otto. *The Philosophy of Grammar*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1992.

MINISTÉRIO da Educação (Brasil). COLIP – Comissão de Língua Portuguesa. http://portal.mec.gov.br/sesu [link: Políticas e Programas]

MINISTÉRIO da Educação (Brasil). Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental. http://portal.mec.gov.br/seb [links: Publicações da SEB / Ensino Fundamental] 2 volumes: 1a a 4a & 5a a 8a (1999).

MINISTÉRIO da Educação (Brasil). Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. http://portal.mec.gov.br/seb [links: Publicações da SEB / Ensino Médio] 3 volumes: EMédio (2000), Orient. Complem. (2002) & Orient. Curric. (2006).

MINISTÉRIO da Educação (Portugal). Portal da Educação. http://www.min-edu. pt/np3/169 [link: Dossier Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (2007)

MINISTÉRIO da Educação e Cultura (Brasil). Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Rio de Janeiro: CADES, 1957.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura (Brasil). Nomenclatura Gramatical Brasileira. Rio de Janeiro: CADES, 1958.

NASCENTES, Antenor. Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1946.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. Questões de linguagem. Lisboa: Livr. Clássica Ed., 1936.

PALÁCIO, Adair Pimentel. Descomplicando a Gramática. São Paulo: Contexto, 1994.

PERINI, Mário A. Para uma nova Gramática do Português. São Paulo: Ática, 1989.

PORTO Editora. Dicionário da Língua Portuguesa. Porto: 1996. CD-rom.

\_\_\_\_\_. Dicionário da Língua Portuguesa. Porto: 2009. CD-rom

ROCHA, Luiz Carlos de A. *Gramática Nunca Mais*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2002.

SILVA, Rosa Virginia Mattos e Silva. Contradições no ensino de português. São Paulo: Contexto, 1995.